

Como o código bibliográfico ajuda a reconhecer a importância das materialidades dos textos

How bibliographic code helps to recognize the importance of text materialities

*Priscila Oliveira Monteiro Moreira**
Universidade de Coimbra
priscilaommoreira@gmail.com

RESUMO: Ao passo que, na análise literária, é possível dar vazão a percepções individuais de leitura, aos pesquisadores ecdóticos cabe a responsabilidade de resgatar detalhes fundamentais para a compreender a transmissão de textos impressos – desde a busca filológica minuciosa entre diferentes versões publicadas até a reconstituição histórica de uma tiragem inteira. Para auxiliar na atualização de um paradigma interpretativo que, contraditoriamente, não percebe a presença dos livros que lê, faz-se necessário compreender a importância do conceito de “código bibliográfico” para os Estudos Literários contemporâneos. Formulado por D.F. McKenzie e atualizado por Jerome McGann, os estudos de Crítica Textual de vertente anglófona auxiliam na compreensão de uma perspectiva crítica em direção a um materialismo hermenêutico, capaz de abarcar noções mais amplas sobre texto, o que inclui também a condição material daquilo que, em qualquer suporte, pode ser interpretado.

PALAVRAS-CHAVE: Código bibliográfico. D.F. McKenzie. Jerome McGann. Estudos literários brasileiros. Bibliografia material.

ABSTRACT: While in literary analysis it is possible to express individual perceptions of reading, it is up to the ecdotic researchers to recover fundamental details to understand the transmission of printed texts — from the thorough philological search between different published versions to the historical reconstruction of an entire print run. To assist in updating an interpretive paradigm — that, contradictorily, does not perceive the presence of the books it reads — it is necessary to understand the importance of the “bibliographic code” concept for contemporary Literary Studies. Formulated by DF McKenzie and updated by Jerome McGann, studies of Textual Criticism with an English-speaking dimension help to understand a critical perspective towards a hermeneutical materialism, capable of encompassing broader notions about text, which also includes the material condition of what, in any medium, can be interpreted.

KEYWORDS: Bibliographic code. DF McKenzie. Jerome McGann. Brazilian literary studies. Material bibliography.

* Doutoranda em Estudos Avançados em Materialidades na Universidade de Coimbra e investigadora no Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.

Introdução

Nós habitamos o papel, estamos acostumados [com o livro de papel] e, uma vez que é tão comum, tão simples, nós o tornamos divino, para podermos percebê-lo ainda sob a cobertura de sua habitualidade.
Vilém Flusser

De antemão é preciso advertir que, para que este estudo faça sentido, é necessário concordar que textos literários não são entidades onipresentes: sem formas de circulação, eles não existem. Muito embora as questões materiais promovam pontos de contato entre áreas distintas das Humanidades – tais como a História do Livro e da Edição, as Artes Visuais, a Restauração de Acervos Bibliográficos, Comunicação e Mídia Impressa –, nós, das Letras, parecemos nos excluir por vontade própria de discussões teóricas dispostas a construir eixos temáticos pertinentes aos nossos estudos. Como bem sinaliza a Literatura Comparada, existem integrações possíveis com outras linguagens artísticas que podem auxiliar a refazer este elo. Por esta razão pela qual, neste estudo, recorreremos à Teoria Social da Edição, a partir da vertente anglófona da Crítica Textual, para compreender a necessidade de atentar para a concretude envolvida nos textos literários no contexto de produção brasileira.

Dentro do mundo dos livros, estamos aparentemente protegidos por uma espécie de liturgia aceita desde a modernidade e que, se mantida como está, aparentemente, não prejudica ninguém. Todavia, o paradigma hegemônico da palavra escrita tem se mostrado insuficiente para abarcar manifestações literárias de outras naturezas e, com isso, escancara suas feridas. Ao insistirmos na falsa simetria entre textos e livros, indiretamente somos coniventes com o silenciamento de manifestações literárias não baseadas no impresso. Cabe lembrar que livros de papel são mídias tradicionais e, por isso, não são meios neutros como se supunha inicialmente.

Acomete-nos a certeza de que só será possível sair desse lugar se nos agarrarmos a teorias que enxerguem o livro em sua corporeidade física, a fim de retomá-las em direção a complementariedade destas perspectivas para os Estudos Literários. Faz-se necessário, então, considerar os percursos já trilhados a favor de uma proposta aplicada à condição material dos meios de circulação de textos literários e caminhar em direção a estas iniciativas integradoras. É importante frisar que toda abordagem analítica será sempre interpretativa e hermenêutica; contudo, convém

considerar também a necessidade de sensibilizar esteticamente nosso olhar – acostumado pela busca de um sentido a ser encontrado na letra fria do texto – para o potencial interpretativo que outras camadas de leitura podem oferecer ao percebemos o livro, em suas particularidades, como um código a mais a ser lido.

1 Todo texto precisa de uma via concreta – e toda via concreta deixa rastros

Revisitar discursos canônicos é uma tendência contemporânea nos Estudos Literários. Abordagens oriundas dos Estudos Culturais e de Gênero têm demonstrado às lentes acadêmicas que suas premissas nem sempre foram partilhadas por um grande coletivo: sustentadas por vozes autorreferentes, os ecos devolvidos davam a impressão de soarem como únicos, mas nunca o foram. A seu modo, demonstram que o cânone e os métodos analíticos dele derivados precisam ser encarados como um lugar hegemônico que precisa ser descolonizado, politizado e sexualizado para ser ressignificado a fim de encontrar uma pluralidade literária capaz de dar amostras concretas do patrimônio de uma língua, de um território, de uma época. Na medida em que estas mudanças acontecem, também as formas de ler seus antecessores são reinventadas. Perceber a amplitude do campo de atuação dos Estudos Literários significa, em parte, confrontar o conceito de literatura como costumava estar submetido. Valorizar a presença de mídias impressas, sobretudo o livro, é perceber que a materialidade da literatura é como um corpo que também se enuncia na comunicação do texto escrito, conjuntamente, pelas formas eleitas para comunicar.

A respeito de vieses pós-estruturalistas, o cenário brasileiro das Letras merece destaque. Paulo Franchetti analisa que, no país, há um “renovado interesse pela perspectiva histórica, mas agora descentrada do cânone ou aplicada à sua corrosão”, “histórias que visam à construção de linhagens alternativas” em relação aos discursos hegemônicos. O professor indica que a “clivagem é definida por outras balizas, como o gênero, a etnia, a orientação sexual ou outro fator percebido como anteriormente recalcado na historiografia que tinha por objeto o cânone estético dominante” (sem data, não paginado). Uma efetiva mudança dos paradigmas interpretativos afeta movimentos mundo a fora e os Estudos Literários esforçam-se, inclusive, em rever seus objetos frente à digitalidade das novas formas literárias, de modo que os instrumentos utilizados para aferir o cânone brasileiro também precisam ser repaginados.

A partir dessa perspectiva, percebe-se o desafio de compreender que o livro enquanto um objeto não é o único lugar para manifestação de textos literários e que ele também é, a sua maneira, um território colonizado. Para as comunidades indígenas ancestrais, por exemplo, a lógica do papel ser o único validador de patrimônios culturais ainda é uma imposição com consequências desumanas e sangrentas. No que diz respeito a suas manifestações culturais, os povos originários baseiam suas práticas em princípios como os de memória e de coletividade, o que coloca a escrita como apenas mais um dos sistemas comunicativos úteis a serem utilizados, mas não o principal¹. Já não se trata de diferir grupos por suas oposições dicotômicas – letrados ou não letrados –, mas de dar espaço para que o mundo acadêmico possa compreender o impacto de suas premissas.

Quando grupos historicamente discriminados produzem sua própria versão da literatura e apropriam-se de tecnologias disponíveis para se enunciar, eles tendem a produzir contradiscursos que registram o impacto dos discursos de matriz eurocêntrica em suas subjetividades, ao passo que colocam o pensamento acadêmico em uma constrangedora nudez. Ao demarcarem seus territórios subjetivos, esses “novos” discursos expressam-se como corpos válidos da enunciação. Nomeadamente, as narrativas diaspóricas e o feminismo negro oferecem grande contribuição para elucidar o quanto a suposta homogeneidade literária afeta, sobretudo, grupos minoritários e periféricos socioeconomicamente, já que o livro se mostra como mais um objeto de consumo a ser conquistado, o que exige antes, uma inserção da lógica letrada. Vivência, coletivo e musicalidade também se aplicam a comunidades diaspóricas de veio tradicional, onde o ritualístico, por meio da performance e da oralidade, é considerado sistema igualmente confiável para a transmissão de pensamento²; por isso, em relação à circulação de textos literários, esses contradiscursos demonstram o potencial político que todo acesso a bens culturais representa. Isso também aplica ao mundo dos impressos, razão pela qual a história dos livros passa a ser enriquecida também pelos Estudos Pós-Coloniais.

¹ Ver MUNDURUKU, D. *Vozes ancestrais: dez contos indígenas*. São Paulo: FTD, 2016. Ver KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

² Ver o conceito de “escrivência” cunhado por Conceição Evaristo em *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. *Scripta*, 2009, v. 13, n. 25.

Ver ARAÚJO, R. F. de. *Candombe mineiro: É dingoma/ Saravano tambu/ Peço licença/ Pro meu canto firmá*. 2017. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/LETR-ARVMA3>. Acesso em 4 out. 2020. Ver PUCCI, M.; ALMEIDA, B.; RESEK, J. *A floresta canta!: uma expedição sonora por terras indígenas do Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2014.

Observar o Brasil a partir da perspectiva material da literatura pode ser uma síntese do seu patrimônio. A intelectualidade brasileira não integrada ao panteão do cânone, mas desejosa por pertencer a este lugar social, expressa este dilema dramático. Suas perspectivas a respeito do cânone desafiam os privilégios do próprio cânone – de sua inegável branquitude, majoritariamente falocêntrica –, bem como das ferramentas metodológicas utilizadas até então. Essa perspectiva demonstra os limites que até mesmo modelos analíticos mais amplos – como os de viés marxista – apresentam, uma vez que se percebe atualmente a incompletude de suas perspectivas – a exemplo do conceito de “classe” que, quando não está combinado com raça, gênero e etnia, ainda assim mostra-se excludente.

Biografias comoventes, como a de Carolina de Jesus³, descrevem a dificuldade de obter o mínimo para que a escrita se realize: para conseguir papel, era preciso contar com a sorte de encontrar algum caderno no lixo, onde buscava sua sobrevivência e de sua família, bem como contar moedas para comprar velas para escrever à noite, quando as crianças já dormiam, nem que para isso, a escritora deixasse de comer. Relatos como este revelam a lógica envolvida no princípio do *scriptorium*, ou seja, que antecede a própria escrita textual, e oferecem um sentido mais literal do termo “materialidade”. Publicar textos de Carolina de Jesus sem mencionar o processo de apropriação simbólica da publicação impressa – ainda que com apenas uma nota de rodapé singela – significa divulgar o texto mediante uma tentativa asséptica de não se envolver com questões que fogem à alçada do literário – tão acostumado a ser apenas verbo. Idêntica situação aplica-se aos estudos machadianos, dado que apenas recentemente sua negritude passou a ser reivindicada: Machado de Assis foi “branqueado” pelo discurso acadêmico em detrimento da difusão de sua obra, como se contexto de produção não participasse do conteúdo daquilo que lemos. Portanto, é preciso identificar que a dissociação entre livros e textos é construída em um elo entre leitores, editores e autores – assim como o oposto também é verdadeiro, já que esse resgate pode ser feito justamente por qualquer um dos três agentes.

2 Teoria Social da Edição de Donald Francis McKenzie

³ Ver *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

Nos estudos anglófonos, uma das veias da Crítica Textual é a Teoria Social da Edição, Sociologia dos Textos ou Nova Bibliografia formulada por Donald Francis McKenzie, neozelandês que, durante seu período como professor emérito em Oxford, nos anos 1980, sistematizou percepções advindas principalmente de vivências em sua terra natal. Desde cedo, o teórico percebeu a contradição cultural entre povos aborígenes não letrados e a formalidade escrita de matriz britânica, cujo confronto prejudicava os nativos devido a “ausência” de papéis comprobativos da posse de suas terras quando precisavam demonstrar que seus territórios eram, de fato, seus. O olhar de McKenzie advém, portanto, desta experiência pós-colonial sensível à valorização dos conhecimentos que antecederam ao sistema impresso e à letra escrita em seu país, bem como a saberes não restritos ao universo acadêmico que, quando confrontados, eram incomunicáveis. Sua referência fundadora é *Bibliography and the Sociology of Texts* (2004 [1986, 1999]), constituído de conferências proferidas na inauguração da Biblioteca Britânica, quando McKenzie ministrava disciplinas de Crítica Textual

Esta motivação move sua reivindicação teórica principal, que reside em chamar atenção para instância bibliográfica envolvida no debate literário, colocando lado a lado a importância do texto e seu veículo de circulação, a fim de demonstrar que as condições de realização de um livro são partes a serem consideradas quando o lemos, pois objetos materiais também têm função expressiva. Por essa razão, as proposições do neozelandês parecem fazer sentido quando projetadas a produções literárias de países da periferia socioeconômica do mundo, como as brasileiras. Por mais que sua teoria só tenha sido publicada durante sua temporada na Inglaterra, seu parâmetro analítico é oriundo da vivência de um cenário com escassez de acesso a bens culturais – historicamente mais disponíveis em cenários hegemônicos –, característica de ex-colônias. Portanto, de certa maneira, seu discurso é, a sua maneira, um contradiscurso.

Desde a ótica das formulações de McKenzie, é possível identificar que outros países colonizados apresentam cenários semelhantes aos dos aborígenes na Nova Zelândia, pois há muita memória material a ser ainda resgatada. Esse, sem dúvidas, é o caso do Brasil: país de indiscutível matriz oral, com massiva presença de grupos escravizados durante sucessivas diásporas, abandonados a sua sorte no que tange direitos fundamentais, cenário que caracteriza o letramento tardio de grande parte da população. Apesar da incalculável diversidade literária ainda em fase de

reconhecimento pela intelectualidade acadêmica, originalmente a cultura dita erudita distancia-se desses grupos contradiscursivos, uma vez que seu parâmetro inicial é o paradigma da letra escrita em papel. Identificar os bens culturais produzidos por esses grupos representa, portanto, perceber o ato político reparativo envolvido na divulgação e no apoio a produções duplamente marginalizadas.

A abordagem de D.F. McKenzie dialoga com esse lugar que vê o livro antes de o livro existir. É um lugar que valoriza o texto em seu suporte. Nesse lugar está a inseparabilidade das formas e dos discursos, por isso ele pede que o livro seja percebido como uma conquista, já que é entendido como uma das vias possíveis para transmitir textos literários, mas não é a única. Sua perspectiva abre portas para um debate que procura colocar em pé de igualdade a importância de outras áreas envolvidas para a manifestação literária, razão pela qual historiadores contemporâneos como Roger Chartier⁴ e Robert Darnton⁵ referenciam seu trabalho. Teóricos da literatura como Hans Ulrich Gumbrecht⁶ e Johanna Drucker⁷, devido ao vínculo com as Comunicações, no caso do primeiro, e com as Artes Gráficas, no caso da segunda, também dialogam com estas proposições, assim como Jerome McGann, que é quem, por certo, mais atualiza e amplia os pressupostos de McKenzie.

Em suma, as teorias literárias são beneficiadas quando, ao invés de valorizarem apenas o código linguístico, consideram também os veículos de circulação como fatores relevantes. Desse modo, contempla e reconhece que um texto é apenas uma manifestação de um fenômeno cultural – que pertence a fenômenos maiores do que o texto apresenta –, não apenas um discurso a ser interrogado, destrinchado, esmiuçado no nível da palavra. O mérito da criação literária do texto segue sendo do escritor, mas a percepção da presença física dos objetos que torna possível a interpretação daquele texto autoral pertence a um conjunto de ofícios descentrados de sua figura. McKenzie afirma, ainda, que processos de significação bibliográfica fazem parte de redes de sentido que estruturam formas textuais; portanto, os textos não podem ser lidos isoladamente, como se existissem em uma espécie de

⁴ Ver *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁵ Ver *O que é a história do livro?* [2007]. Tradução Lília Gonçalves Magalhães Tavoraro. *ArtCultura*. 2008, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169. Disponível em: <http://200.19.146.79/index.php/artcultura/article/download/1503/2758>. Acesso em 3 out. 2020.

⁶ *Production of presence: what meaning cannot convey*. Stanford University Press, 2003.

⁷ *The visible word: Experimental typography and modern art, 1909-1923*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

estado natural quando chegam a nossas mãos. Esta seria uma perspectiva ingênua. Antes de tudo, textos são criações sustentadas por artefatos concretos, ou seja, são objetos construídos socialmente.

No Brasil, data de 2015 um artigo que chama a atenção para os estudos da Nova Bibliografia. O autor é professor na área de Comunicação, assim como a tradução para português do livro de McKenzie é recente⁸. Márcio Souza Gonçalves, em curto artigo sobre “Possíveis contribuições de D. F. McKenzie para a pesquisa em História da Comunicação no Brasil”, afirma que o autor, em sua área, McKenzie é tão importante quanto pouco presente nas discussões do campo; entretanto, “sua importância para o universo dos estudos dos textos e de sua história é imensa e apesar disso seu nome é pouco citado no campo da pesquisa em História da Comunicação no Brasil” (MCKENZIE, 2002, p.135). “Printers of mind” faz parte de *Making Meaning* (2002), compilação organizada postumamente. Neste volume há o argumento da historicidade dos livros, a necessidade de valorizar a tecnologia envolvida na impressão e a expressividade de cada tiragem. Baseado em McKenzie, Gonçalves afirma que o “mesmo livro, impresso numa impressora caseira de baixa qualidade, em papel A4 ordinário e encadernado em espiral seria abordado de outro modo. Esse raciocínio deve ser aplicado a todos os aspectos do objeto que apresenta o texto” (MCKENZIE, 2002, 143). Eis o argumento de que cada edição, mesmo que apresente um texto similar, é singular – uma percepção oriunda da Crítica Textual. Logo,

se queremos reconstruir acuradamente nosso passado literário, não podemos ser indiferentes aos detalhes da forma do livro, na contribuição que o design faz para o sentido, mediando a intenção autoral e dirigindo as respostas dos leitores. (MCKENZIE, 2002, p. 233)⁹

Desse modo, a historicidade dos textos, para além da interpretação textual, dá-se a partir da valorização da materialidade específica de cada edição estudada. Embora linguisticamente um texto possa ser o mesmo em edições distintas, para a Sociologia dos Textos é importante ter em conta que o suporte que o veicula faz diferença.

Por fim, sabemos que todas as abordagens partem sempre de algum princípio estético, hermenêutico, fenomenológico, interpretativo e mesmo sua visão,

⁸ *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.

⁹ Excerto traduzido na publicação feita por Gonçalves (2015).

certamente, é limitada em vários sentidos. Aquilo que o autor demanda, entretanto, é um ponto com o qual concordamos: o preço político a ser incluído como efeito de nossas metodologias analíticas. O que esta perspectiva pede, no conjunto de sua obra, é que utilizemos ferramentas interpretativas em prol de uma textualidade interrelacionada entre sistemas de codificações linguísticas e bibliográficas a fim de minimizarmos danos interpretativos excludentes. A partir disso, amplia-se o diálogo com outras disciplinas, sobretudo aquelas que lidam com o livro impresso, conforme também demanda os Estudos de Edição.

3 Textos sociais de Jerome McGann

Embora já enunciasse ideias semelhantes antes das formulações de McKenzie, foi Jerome McGann (1991; 1993; 2009) quem deu continuidade à discussão, trazendo-a, inclusive, para a era digital. O autor sustenta que a concepção moderna de leitura está baseada na premissa de que textos não são coisas que nós fazemos, mas que nós interpretamos, uma herança desde os tempos de Montaigne. Tal pressuposição admitiria que um bom leitor é um leitor solitário, à procura de um significado, envolvido na atividade incessante de produção de uma metáfora. Para contrapor este modelo, elabora um conceito que abranja as características linguísticas, mas que interceptam uma obra também de modo físico, econômico, social – a saber, o código bibliográfico proposto por McKenzie. Para McGann, *textos não são: eles estão*. O autor preocupa-se em localizar a presença das obras no tempo e no espaço em que se inserem, e com isso oferece um modelo que combina texto e materialidade tipográfica, além de uma reflexão sobre os limites da crítica literária no que se refere à integração entre análise verbal e análise gráfica¹⁰, dado que os textos estão condicionados a seus formatos de apresentação.

A partir dos conceitos originados em McKenzie, é possível perceber que livros são tecnologias de comunicação elaboradas com ferramentas disponíveis no seu tempo histórico com a participação de outros agentes que não só os escritores dos textos. Livros de papel são, portanto, mídias tradicionais que devem ser vistos, inclusive, por este viés, não descolados deste fato concreto. Jerome McGann atualiza esse debate alçando-o ao cenário atual, da literatura virtual, sem romantizá-lo ou

¹⁰ Ver MCGANN, J.. The text, the poem, the problem of historical method. *New Literary History*. 1981, v. 12, n. 2, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

minorá-lo, dado que compreende que o processo material de inscrição no século XXI também exige ferramentas específicas para sua realização.

Os pressupostos de McKenzie, portanto, se aplicam às Humanidades Digitais, pois a virtualidade também exige um longo processo de programação e o uso sistemas físicos de *hardware* e *software* para se realizar no espaço virtual da leitura e da interpretação; logo, a digitalidade também exige, por ponto de partida, uma relação material – afinal, sem acesso à Internet, não seria possível pertencer a um grupo digital¹¹. Todavia, como teve sua vida interrompida antes deste advento, foi McGann quem continuou e aperfeiçoou seu trabalho. Sua perspectiva pode parecer radical, se comparada à Nova Crítica, ao Estruturalismo e ao Desconstrucionismo, mas sua proposta ainda é demonstrar a amplitude do campo dos Estudos Literários, além da contribuição epistemológica que procura consolidar a Teoria. Recentemente, o pesquisador norte-americano reforça a necessidade de aplicar o código bibliográfico também para livros digitais, pois esta perspectiva auxiliaria a crítica literária a ampliar suas abordagens para além da exclusiva comparação entre textos; ademais, forneceria mais ferramentas para que a Literatura Comparada pudesse aprofundar a natureza das mídias que analisa ao invés de ater-se à análise entre mídias diferentes (como a transposição de linguagem da literatura para o cinema), sem que, entretanto, possa aprofundar as particularidades de uma delas.

Em *A new republic of Letters* (2014), o estadunidense afirma a necessidade de construir um modelo de interpretativo capaz de abordar a condição textual mesmo em tempos de Google e JSTOR, pois assim como quando impresso, a apresentação textual modela e interpreta o ponto de vista humanista. Para o autor, a digitalidade também auxilia na compreensão sobre os limites da literatura impressa do passado, pois cada edição publicada de um mesmo texto é, simultaneamente, diferente. Logo, o autor reconhece os suportes desde sua versão original manuscrita até sua aparição isolada em uma obra completa em um *e-book* como versões diferentes de um mesmo texto. Sua hipótese é que a condição da existência textual continua sendo a mesma, desde “a Era da Imprensa”, pois “nossa condição textual forjou um extenso registro de sua própria criação – ou seja, um processo de reflexão crítica em manuscritos e

¹¹ Abrir a discussão para este outro universo teórico seria desviar a proposta deste estudo, por isso não nos deteremos nisso, muito embora seja possível traçar várias relações a respeito, como os estudos de Matthew Kirschenbaun, Katherine Hayles, Manuel Portela.

gravuras que faz parte do caráter, forma e significado da história” (MCGANN, 2014, p. 23, livre tradução). Nessa perspectiva, ilustra que

um objeto é (por exemplo) ao mesmo tempo um poema, uma página impressa, um soneto (de um certo tipo), uma folha de provas (corrigida ou não corrigida, autoral ou não autoral), uma seção de uma poética maior objeto, tradução e assim por diante. Suas partes são igualmente múltiplas. [...] Para tipos materialmente distintos de artefatos – textos impressos, mapas, fotografias – ordenação e classificação se tornam ainda mais complicadas quando o objetivo final é organizá-las em um sistema que permita análises e estudos coerentes. O problema é bastante amplificado quando as propriedades físicas manipuláveis são dimensionadas para medidas radicalmente diferentes, como é o caso de uma deposição que inclui objetos baseados em papel e objetos nascidos digitalmente. (MCGANN, 2014, p. 27-28, livre tradução)

No que diz respeito ao livro impresso, a organização coerente de um sistema passa pela delimitação do códice, da organização de textos em volume e das convenções estabelecidas em relação a este objeto. O código bibliográfico, portanto, abarca tanto linguagem textual quanto a subjetividade de tais objetos. Além do diálogo com a digitalidade, a Nova Bibliografia também encontra interlocução com a história material do livro, bem como demonstra a relevância do meio impresso, razão pela qual se compreende o porquê desta teoria ter sido bem aceita por historiadores e profissionais da Comunicação Social¹².

Jerome McGann postula que as Letras estão assentadas no código linguístico, mas que deveriam abrir-se à hipótese de um código bibliográfico capaz de compreender que as formas iniciais de circulação de um texto declaram algo sobre sua própria condição de existência. Esta seria a condição de existência de qualquer texto: livre na interpretação, mas enraizado na matéria. Por esta razão, é possível identificar diálogos com abordagens materialistas-dialéticas, de cariz marxista, mas elas diferenciam-se entre si pelo simples fato de que um viés dialoga com a materialidade envolvida e o outro parte diretamente para a interpretação textual, sem aperceber-se do meio. São, portanto, premissas distintas, mas capazes de dialogar.

Roger Chartier, cuja atuação no campo da História do Livro paga tributo a Teoria Social da Edição, identifica que a evolução da técnica não alterou a forma do livro, uma das características tradicionais da funcionalidade desse objeto. No prefácio

¹² A tradução em língua portuguesa de *Bibliografia e Sociologia dos textos* (2018) é classificada, em sua ficha catalográfica, como pertencente à Comunicação Social. Não há menção a nenhuma área das Letras.

da tradução para o francês do livro de McKenzie, o teórico francês – responsável por levar os estudos de McKenzie para a França – resume a Teoria Social da Edição como uma área que procura construir uma “sociologia da produção cultural” atenta às especificidades da construção do campo literário. Lá, afirma que até mesmo os textos ordinários utilizados pelo *New Historicism* – como textos jurídicos, políticos, religiosos – também apresentam formas materiais produtoras de sentido. Ainda, afirma que a separação entre o texto e sua identidade formal, como o livro e a página, sempre é uma visão radical e incompleta. A solução parece estar na mediação editorial e nas edições de cada texto em cada reedição: “A questão essencial que, na minha opinião, deve ser colocada por qualquer história do livro, da edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e lêem” (CHARTIER, 2014, p. 61). Esta afirmação é a mesma de McGann, cuja fonte está em McKenzie.

Leituras baseadas exclusivamente no signo linguístico tendem a priorizar a interpretação da palavra e excluir o que não pertence a uma mensagem principal. A proposta de McGann vai contra isso: o autor quer abarcar componentes físicos e históricos em uma proposta radical de análise. Sua abordagem passa por compreender materialidade em uma perspectiva linguística, mas também social do texto, aliando especificidades da mídia envolvida em cada edição estudada. Desde *The Textual Condition* (1991), o autor explora o conceito de código bibliográfico. Seu ponto máximo é este: se a vida humana é condicionada a presença de um corpo, então a condição da existência de textos é estar incorporado em algum veículo; logo, o que garante a imortalidade de seu conteúdo, para além da qualidade do texto literário, é a socialização contínua desses textos através de edições que o fazem circular. Seu apelo, portanto, é para a corporeidade seja percebida em sua importância, não colocada em segundo plano em relação à mente, às ideias, ao conteúdo. Nosso acréscimo é perceber que o corpo que precisa ser visto é sexualizado, pois gera vidas.

Dos anos 1990 até seu título mais recente, o autor passou a perceber concretamente que a ideia de integração das áreas é útil, inclusive, para auxiliar os Estudos Literários na era de digitalidade, pois sua proposta é um modelo de instanciação teórica que também compreende o texto dentro de uma perspectiva de distribuição por redes, envolvendo autores, editores, críticos, livreiros e leitores. Embora os modelos analíticos não sejam feitos para ser seguido à risca, em relação a “biografias dos livros” e a “ciclos de vida”, há um movimento idêntico mesmo frente

à mudança da mídia física para a virtual. Inicialmente, McGann dedicou-se a descrever aquilo que chamou ser uma leitura de três dimensões: linear, espacial e radial. A linear seria o que genericamente fazemos; a espacial leva em conta códigos semióticos como o formato da página, ou seja, o *scanner* feito pelo olhar leitor assim como a decodificação linear. Já a leitura radial, como indica seu nome, irradia para fora do texto, expandindo-o para outros recursos. Os textos acadêmicos já incentivam a leitura radial de várias maneiras, como quando leva o leitor a diferentes partes do texto como com o uso de notas, índices, apêndices. Esses, por sua vez, geram investigações radiais adicionais, colocando o leitor em um lugar ativo de participação; assim, é possível perceber que, academicamente, já lemos utilizando as três dimensões. Entretanto, o que McGann demanda é que a perspectiva bibliográfica aborde também as condições sociohistoricas de publicação daquele texto, tornando-o, portanto, social. Particularmente, interessa-nos a visão do estadunidense, pois ele defende o argumento de que textos são experiências empíricas e fenômenos sociais. Assim, detalhes como o uso de notas de rodapé e ou a posição do index são marcas de leitura relevantes a serem observadas entre uma republicação e outra de um texto, assim como marcadores não verbais, como a paginação e a ocupação da mancha gráfica. O método de análise, portanto, inclui a percepção do comportamento visual da página impressa, o que inclui fonte de tipografia e corpo de número utilizados, além do estudo de cores na composição.

The point is to change it: poetry and criticism in the continuing present modern (2007) reúne ensaios, entrevistas e artigos inéditos na data de sua publicação. Sua proposta é demonstrar o quanto a rigidez interpretativa de obras literárias permanece na crítica acadêmica que, a seu ver, deriva de modelos iluministas defasados. Em “Marxism, Romanticism, Postmodernism: An American case history”, percebe-se que, nos Estados Unidos, os estudos materialistas-dialéticos ganham força nos Estudos Literários no período pós-guerra do Vietnã, quando apresenta um conjunto de ferramentas interpretativas de caráter sociológico e histórico, além de modelos que estabelecem análises da cultura e da sociedade. Entretanto, o que diferencia a proposta da Teoria Social da Edição das demais linhas de cariz marxista, é que sua abordagem solicita que a obra não seja vista apenas como texto, mas como um produto que relaciona forma e texto. Portanto, para que os Estudos Literários possam ter análises mais completas, formula o conceito de “texto social” e pede que os livros

sejam percebidos em seus códigos bibliográficos. Sustenta, inclusive, que os parâmetros estejam apoiados em estudiosos da área das Letras:

Ao contrário de [Karl] Marx, no entanto, [Percy] Shelley e [Walter] Benjamin eram homens de letras, não cientistas sociais. Por envolverem a relação do trabalho estético com as condições sociais a partir de um ponto de vista interno, suas posições são ao mesmo tempo mais perspicazes que as de Marx e muito mais problemáticas. (MCGANN, 2007, p. 14, livre tradução)

Ao apontar que as Ciências Sociais, desde longa data, adentram os Estudos Literários e solidificam parâmetros que seguem a ser reproduzidos, McGann também demanda que os parâmetros oriundos das contribuições produzidas pelas Letras criem modelos que rompam com os parâmetros sociológicos tradicionais. Segundo o autor, com isso seria possível tentar consolidar análises materialistas-dialéticas aplicadas a textos literários em suas edições. Sociólogos lerem literatura é uma tradição advinda desde Marx, portanto é preciso diferenciar, novamente, a Sociologia da Literatura e a Sociologia dos Textos, sendo a primeira produzida por cientistas sociais entusiastas por literatura, e a segunda por pesquisadores das Letras que buscam dialogar com pontos análogos de outras áreas das Humanidades. A primeira lança o olhar para dentro do texto e projeta-o para fora, para suas relações externas; a segunda, coloca uma lente em direção ao livro enquanto objeto, para a folha de papel, para o tipo de letra, para a cor utilizada, para a comparação entre uma edição e outra de um mesmo tempo e suas diferenças, inclusive, textuais. A importância de que as referências sejam oriundas das Letras passa por aprofundar conhecimentos específicos da área, dos gêneros textuais e do código linguístico, que acabam subjugados quando as abordagens são inicialmente sociológicas.

Para desnudar a complexa relação entre livros e textos, é importante perceber os usos já aplicados das Ciências Sociais em análises literárias a fim de distingui-los. Em relação ao cenário brasileiro, é relevante considerar que os posicionamentos críticos acadêmicos são bastante mediados pela Sociologia da Literatura, campo teórico onde materialismo-dialético predomina como recurso analítico. Roberto Schwarz e Antonio Candido são exemplos de sociólogos que fizeram escola de pensamento, sendo este último, sobretudo, um dos maiores (se não o maior) intelectuais engajados na popularização da literatura nacional. Candido já dizia que ter acesso à literatura é um direito que todos temos como cidadãos, pois ela resgata

a dignidade cultural e o patrimônio de uma nação: não fomentar seu acesso seria limitar as possibilidades de um povo. O autor refere-se ao direito do leitor dentro de um conceito que lhe é bastante caro, o de sistema literário, fortalecido pelo elemento “leitor” que integra a tríade “autor – leitor – obra” ao encontrar, socialmente, uma manifestação literária¹³. Apesar da contribuição incontornável do sociólogo para os estudos nacionais, fatores determinantes para a existência de livros, como condições historiográficas materiais de produção, não são abordados, dado que a estratégia candidiana passa pela adesão ao texto literário como equivalente ao texto escrito. Logo, o princípio erudito é o princípio impresso. Portanto, é preciso reconhecer que mesmo o materialismo dialético pressupõe que, dentro da tríade leitor – obra – público, “obra” é sinônimo de uma obra publicada e impressa, um discurso interpretativo que mediou (e moldou) boa parte dos estudos brasileiros.

Sociologia da Literatura e Sociologia dos Textos são semelhantes no nome, mas diferentes em sua essência. Ainda que ambas lidem com o formato livro impresso, no segundo caso, a interpretação sociológica não substitui o imbricamento entre social, historiográfico, material, linguístico, político e literário que edições distintas de uma manifestação literária podem revelar. Assim, a diferença entre eles é a percepção do formato mídia envolvido. Através das lentes de várias áreas que podem contribuir para o entendimento de uma obra como um todo, a Teoria Social da Edição procura construir uma interpretação não restrita ao texto verbal, inclusive contemplando visualidade para interpretar um texto social. Assim, enquanto a primeira área envolve-se com a parte expositiva dos livros, a segunda procura enxergar o dispositivo aliado à questão filológica, mas não ela somente.

McGann, portanto, propõe-se a desenvolver um modelo para analisar livros como objetos materiais e textos como fenômenos sociais. Sugere que este modelo possa comparar relações entre fenômenos radicalmente descontínuos: diferentes autores e seus textos, por exemplo, bem como as relações entre vários agentes – individuais e institucionais – em um eventual campo literário que demarcasse tempo e espaço de cada edição, destacando, inclusive, traços visuais distintivos. A partir disso, percebe-se que a percepção do autor é que o texto é um fenômeno codependente de um suporte, sendo esse suporte um coemergente produtor de sentidos. Por esta razão, o texto passa a ser considerado também como “social”.

¹³ Ver “manifestações literárias” em CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 1.

Conclusão

Em suma, a Teoria Social da Edição procura identificar artefatos e devolver historicidade para seus objetos de estudo a fim de colaborar para a atualização de um paradigma a-histórico – a propósito, sustentado desde Aristóteles. Para tanto, pede para que estejamos atentos, perante quaisquer páginas ou edições lidas, ao texto social envolvido na construção de sentido daquilo que está sendo consumido, como a presença participante de outros ofícios que mediam a leitura de um livro – como o exemplo de um editor, de um *designer* ou de um impressor. Com isso, procura retirar certa aura que os leitores costumam conferir a determinados textos e autores ao solicitar que o veículo de circulação seja levado em conta – o que justifica o porquê do seu nascimento ter acontecido desde a Crítica Textual.

Por esta razão, outros agentes da cadeia produtiva do livro passam a ser relevantes para a percepção leitora e sua conseqüente formulação crítica, pois o que, por fim, McGann reivindica em toda obra é a indissociação entre forma e formato, ou seja, a impossibilidade de realizar uma leitura completa as potencialidades de um texto se não for considerado, também, a sua condição material para ser texto. Atentar à presença do livro, do suporte, seja ele virtual ou analógico, e seu processo de conquista para o próprio autor, inclusive, é retomar a historiografia envolvida em cada publicação, bem como o recurso comparativo entre edições – inclusive no nível textual, mas não somente.

Para que uma bibliografia possa estar o mais completa possível, é preciso conhecimento filológico, linguístico, semântico e histórico, de modo que autenticidade não necessariamente seja um critério, mas sim a recriação do cenário de publicação no qual está envolvido. Longe de ser uma procura pelo purismo por uma obra original inalcançável ou uma questão de simulacro de livro ou de simulação de sua forma, a perspectiva de McGann não se pretende universal, mas mostra-se funcional na procura por ferramentas capazes de identificar o processo dialético incluído para a significação dos objetos literários no máximo de sua amplitude.

Sob este viés, a dimensionalidade do texto emerge do sentido expresso pela superfície da página em sua relação dinâmica com as formas disponíveis para esta expressão. Ao retirar o texto de seu contexto inicial – livro – o sentido também passa a ser ressignificado. Tendo isso em vista, é possível afirmar que livros são, inegavelmente, objetos sociais, assim como seus textos o são devido ao simples fato

de que estão neles contidos, e cada edição que apresenta o mesmo texto pode ser diferente uma da outra – ainda que apresentem o mesmo conteúdo linguístico. Um dos caminhos para resgatar a subjetividade destes artefatos como veículos ativos na significação dos textos literários é observá-los em sua lógica individual – dentro de cada uma das suas edições ou republicações –, ao passo que os textos não deixam de ser objetos sociais, logo estão sujeitos às materialidades específicas de sua circulação.

A Teoria Social da Edição trata-se, portanto, de uma perspectiva multidisciplinar. Ela permite agregar uma camada de atualização ao *status* do literário, transbordar a interpretação textual. É como se ela fosse capaz de retirar a perspectiva aurática do livro enquanto objeto sacro e retirá-lo de um lugar de suposta funcionalidade neutra por apenas veicular mensagens. A partir da Sociologia dos Textos é possível vestir uma lente concreta, material e dialógica para além do texto, que apresenta a presença de outros agentes modificadores das condições interpretativas. Conforme visto, há, inclusive, um resgate político envolvido ao reconhecer que o livro pode ser, para alguns autores, um objeto de conquista.

Referências

FRANCHETTI, P. História literária: um gênero em crise. *Revista Semear*. S.d., n. 7.

GONÇALVES, M. S. Possíveis contribuições de D. F. McKenzie para a pesquisa em História da Comunicação no Brasil. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*. 2015, v. 4, n. 2. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed08/artigos/00.pdf>. Acesso em 1 out. 2020.

MCGANN, J. *A new republic of Letters: memory and scholarship in the age of digital reproduction*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

MCGANN, J. *The point is to change it: poetry and criticism in the continuing present*. Tuscaloosa, University of Alabama Press, 2007.

MCGANN, J. *The textual condition*. New Jersey, Princeton University Press, 1991.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge, University of Cambridge, 1999.

Recebido em 12/10/2020

Aceito em 28/11/2020

Publicado em 20/12/2020